



CARTA DA AGB NACIONAL

A CONJUNTURA NACIONAL E AS TAREFAS QUE ESTÃO POSTAS

Aos Professores de Geografia

Aos Geógrafos

Aos Conselhos e Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia.

Aos Conselhos e Coordenações de Licenciaturas

A CONJUNTURA

A trajetória da sociedade brasileira após o processo de impedimento do Governo de Dilma Rousseff tem demonstrado a consolidação de uma escalada de violências, de preconceitos e de rompimento das estruturas democráticas. A violência se consolida no aspecto institucional a partir da elaboração de um conjunto de instrumentos legais que rompem com o papel e funções do Estado, estabelecidos na Carta Magna do país. Assim, as atuações legislativas (PEC 241) de congelamento dos recursos públicos no atendimento das demandas centrais da sociedade rompem com os preceitos mínimos constitucionais. Os processos nocivos de intervenção nos estados da federação - intervenção militar no Rio de Janeiro, por exemplo, a frustrada tentativa de romper com a liberdade de cátedra e autonomia das Universidades brasileiras, como o debate sobre o processo de Golpe de Estado de caráter Midiático-Econômico-Jurídico-Político que se realizou em 2016, entre outras ações, que concorrem com a redução de direitos e destruição do Estado nacional (Abertura da Exploração do Pré-Sal, Anistia Fiscal às Corporações, Cartelização e Monopolização, Crimes Contra Economia Popular e Nacional, PEC Terras de Fronteiras, PEC da Grilagem, Arrendamento de Terras Indígenas, entre outras). Violências contra a sociedade e o Estado de Direito.



A violência institucional se exaspera no **assassinato (execução política)**, da Vereadora **Marielle Franco**, do Município do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do Brasil, em clara ação de calar mais uma voz em defesa das populações marginalizadas, em calar as mulheres, as negras e as trabalhadoras, que gritam por seus filhos, companheiros e por todos aqueles que sofrem a violência cotidiana da exclusão social.

A violência institucional se expressa na morosidade e desfaçatez dos poderes públicos, Judiciário, Ministério Público e Polícias Militares, nas investigações dos assassinatos de Anderson Pedro Gomes e Marielle Franco e mais de duas dezenas de lideranças do campo e da cidade (camponeses, indígenas, religiosos e trabalhadores). Vozes que são caladas enquanto os processos criminais não atingem os verdadeiros culpados e mandantes destes assassinatos.

As ações de preconceito mediadas por ataques ao pensamento plural, aos princípios democráticos, às liberdades individuais, que são seguidas de agressões físicas e assassinatos nas comunidades LGBTs, o feminicídio e a exploração de crianças. Os rompimentos das estruturas democráticas, tais como as ações intempestivas de grupos de extrema direita, que reelaboram o fascismo, sob o discurso da livre manifestação, promovendo o ódio e a perseguição política.

O processo de “reconquista” do Estado (R. Dreiffus) nos moldes do que se instalou em 1964, por parte da elite brasileira, se torna conclusiva com o julgamento e prisão política de Luiz Inácio Lula da Silva, que assombra a comunidade internacional e deixa clara a ação judicativa do Golpe (“O Supremo e tudo junto”), o que faz ruir as instituições e aumentar a necessidade de vigilância e denúncia de todos os desmandos do Estado em todas as esferas da vida pública e privada.

Todos estes elementos conjunturais exigem de nós Geógrafos um posicionamento de resistência e de combate a partir de nossas práticas educativas, em nossas relações sociais e na profusão de atos e manifestações culturais que rompam com a intolerância e se oponham eficazmente à perda de direitos e às ações que impedem a convivência democrática.



A EDUCAÇÃO – A BNCC e o desrespeito às Entidades Científicas e Educacionais

No âmbito das ações de resistência se consolida a disputa política dos Conteúdos de Geografia e História, entre outras áreas, nos Ensinos Fundamental e Médio. As propostas apresentadas nas BNCCs, se colocam como uma afronta à formação integral, ao pensamento crítico e à pluralidade. A AGB ao ocupar o espaço de diálogo no Fórum das Entidades Científicas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), manifestou claramente sua posição em relação à BNCC do Ensino Médio, no que tange sua não integração com os problemas formativos das escolas públicas e suas condições estruturais. Apontamos sobre a ineficácia das audiências públicas como “sinônimo” de participação democrática e que foram retomadas sem elevar em conta a necessária ampliação do debate. E nesse momento conclamamos às Locais e Núcleos e GTs de ensino que se coloquem na tarefa, mais uma vez, de promoverem o debate e a reflexão crítica sobre mais uma proposta de desmantelamento da educação pública.

Em conjunto com outras entidades científicas a AGB tem assinalado que a estrutura de áreas de conhecimento se contrapõe ao processo de formação docente que é predominantemente disciplinar, demonstrando discordância em relação à ênfase no discurso das competências e habilidades que marcam o documento, em detrimento dos conteúdos científicos e, fundamentalmente, tem se posicionado de forma contrária aos itinerários formativos, pelo reducionismo enquanto escopo de formação de jovens, bem como sobre os equívocos internos de suas proposições, tendo absoluta clareza de que o Estado não garantirá uma formação ampla e igualitária aos estudantes.

Destaca-se ainda, a articulação do PIBID e da Residência pedagógica ao projeto de aplicação da BNCC, desnudando seu projeto de vincular suas proposições com as avaliações em larga escala, com a lógica de quantificação e padronização de testes avaliativos, o engodo de privilegiamento de dois conteúdos, e a intervenção direta na autonomia da Universidade, no que se refere à condução de seus projetos político-pedagógicos (BNCC/PISA).



A BNCC altera a dimensão de Diretriz Curriculares para um **referencial curricular** o que representa a transferência de controle da formação docente das Universidades para o MEC/CAPES, por mediação financeira das bolsas PIBID e de Residência Pedagógica. Mas, principalmente a autonomia de construção do currículo, pautando um princípio de “igualdade de conteúdos” desprovido de reconhecimento das dimensões culturais, regionais e econômicas da sociedade.

Diante desse processo a AGB retoma a importância de criação de espaços de diálogos nas Universidades, nos Sindicatos e sobretudo nas estratégias de esclarecimento à sociedade acerca dos problemas centrais que a Base Nacional Comum Curricular do Ensino (Fundamental e Médio), poderá produzir aos processos formativos, concorrendo com maior exclusão social e econômica, diante do não enfrentamento dos reais problemas vivenciados pela escola pública brasileira. Não menos importante a proposta de Ensino à Distância para o Ensino Médio e todo um aparato de estratégias de mercantilização do Ensino Público, atendendo a interesses de grupos econômicos, que claramente se articulam em uma trajetória de monopólio e apropriação dos fundos públicos.

A EDUCAÇÃO – AS LICENCIATURAS – O PIBID E A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Como salientado os inúmeros ataques realizados pelos setores conservadores da sociedade brasileira revelam uma orquestração de interesses de privatização da educação pública e a ampliação de sua deterioração em larga escala. As licenciaturas vem sofrendo ataques diretos com as políticas de EAD, e não menos importante o “atraso” na continuidade do **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)**, que embora ainda apresente problemas estruturais, se consolidou em uma esfera de atuação fundamental na criação de espaços formativos e interativos (Universidade/Educação Básica).

A clara intencionalidade de substituir o programa não foi levada a cabo diante da resistência e manifestação das comunidades acadêmico-científicas. Desta feita, a concomitância do Programa de Residência Pedagógica quer fazer valer uma trajetória paulatina de desgaste institucional do PIBID e fortalecimento de uma proposta que se impõe, sem debate e construção coletiva, às entidades científicas, aos projetos



políticos de formação de professores e à revelia das próprias universidades.

As questões centrais da Residência e das estratégias que se colocarão para controle do PIBID são: Estes dois processos formativos não resultarão em maiores dificuldades às licenciaturas? Tais estratégias não se configuram na imposição/“implantação” da BNCC, como advogam representantes do MEC ? A BNCC, com sua concepção pedagógica (discurso das competências e habilidades), não passará a pautar o Projeto Político Pedagógico das licenciaturas, impedindo a formação integral, negligenciando conteúdos-científicos e atingindo amplamente a autonomia das Universidades?

O Programa de Residência Pedagógica claramente objetiva inserir a BNCC nas séries iniciais o que será muito prejudicial à formação das crianças e adolescentes.

Obviamente que a “implantação” da BNCC se coaduna ao praticismo que a Residência Pedagógica enseja, destituindo as reflexões acerca de um projeto de formação humanista na escola pública. Estas intervenções, mais uma vez, apontam para a tarefa de debatermos a Residência Pedagógica, que passa a disputar os recursos públicos do PIBID, e definirmos junto com as Coordenações de Cursos, Grupos de Pesquisa e demais fóruns as nossas estratégias de resistência.

A PÓS-GRADUAÇÃO - AVALIAÇÃO

A AGB reafirma seu compromisso como **Entidade Científica** ao ater-se aos debates centrais da Formação e da Produção do Conhecimento Geográficos e, em nenhum momento, renuncia sua posição de **Movimento de Ação Política** na Geografia brasileira, consubstanciando que sua forma de organização e luta é o que garante sua capacidade crítica e de resistência.

Desejar e ou acreditar que estas dimensões estejam em separado trata-se de um reducionismo academicista e míope, sobretudo frente a conjuntura política e social que vivenciamos. Mais do que nunca os caracteres **Científico e de Movimento da AGB** tem se colocado como ímpares e necessários nessa conjuntura. Até mesmo outras entidades científicas buscam “**se posicionar**” nesta direção. A SBPC tem procurado estabelecer,



para além do institucionalismo que marcou sua trajetória, pressões políticas aos órgãos centrais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil.

Historicamente a AGB sempre se colocou no debate e na busca de uma construção qualitativa, ampla, plural e igualitária do conhecimento geográfico. De forma não diferente, sobretudo nos últimos anos, frente aos impasses vivenciados pela Educação e a Geografia Brasileiras, mas não somente, a **ANPEGE**, sob a Presidência da Profa. Dirce Suertegaray, e a **AGB** tomaram juntas vários posicionamentos e reflexões. Esses trabalhos conjuntos continuam e imaginar que divididos seremos melhores é um ledor engano. E nesse sentido, AGB tem dialogado com a ANPEGE para realização de um Fórum de Discussão sobre o Processo de Avaliação da Pós-Graduação. Desde já salientamos sobre a importância da Coordenação de Área promover e ampliar esse debate.

A Capes em reunião com a SBPC (Fórum de Entidades) apontou que receberá nos próximos 30 dias contribuições das Entidades Científicas para elaboração de um **novo sistema nacional de avaliação** da pós-graduação. Qual a nossa posição frente a esse processo ?

Mais uma vez a exiguidade de tempo e a imposição de agendas são as estratégias apresentadas pela Capes, da mesma forma como se apresentou o processo de indicação de Representação para a Coordenação de Área.

Nesse momento, sob o discurso de que o modelo de avaliação proposto está esgotado (**uma obviedade para as construções críticas que historicamente temos apresentado**) impõem os gestores da CAPES “em regime de urgência” a apresentação de um novo modelo de avaliação. Trata-se de um debate que deve ser estabelecido diante das profundas desigualdades que vivenciamos no sistema de organização da Pós-Graduação.

Não é possível assentar que, após 40 anos de reflexão Crítica da Geografia Brasileira, um Programa de Pós-Graduação na Região Sudeste, para não ampliar a escala de análise das desigualdades regionais, tenha um desembolso anual de R\$ 112,00 por aluno e, simultaneamente, um programa de Pós-Graduação na mesma região ter R\$ 8.754,00 aluno/ano, sem considerar as bolsas/auxílios de suas fundações regionais. A questão

central a ser pautada é se foi por essa “Geografia” e Conhecimento que pautamos 40 anos de luta interna e externa na Geografia Brasileira ? O reducionismo meritocrático é suficientemente capaz de romper com os preceitos de nosso debate crítico e nossa dimensão de solidariedade ?

Processos organizativos/colaborativos como Grupos e Redes de Pesquisa, entre outras formas de organização do trabalho acadêmico, apontam para experiências extremamente relevantes de formação inter-regional. No entanto, é preciso refletir se operam no limiar de metodologias ? Dos “objetos científicos”? Há uma primazia do objeto geográficos em detrimento das questões que são necessárias para compreender e transformar a realidade brasileira ? Há repetição *ad aeternum* de modelos e citações teóricas ? Analisar em que medida concorrem com problemas quanto à pluralidade e à diversidade científico-política ? Podem significar controle do trabalho científico ? Tais proposições/estruturas acadêmicas **podem concentrar/descentralizar poder, recursos e lideranças** acadêmicas nas estruturas universitárias brasileiras ? Estamos lidando com qual perspectiva de totalidade ?

São **questões que se colocam não como denotação de realidade**, mas como imperativas na análise, diante de suas recentes formas de implantação e desenvolvimento. Experiências que precisam ser valorizadas diante da capacidade, que tem sido demonstrada, de objetivar formas de resolução das desigualdades na produção/divulgação do conhecimento científico, bem como na formação de novos pesquisadores na graduação e pós-graduação. O que exige o enfrentamento de sua análise.

A PÓS-GRADUAÇÃO – FUNDO PRIVADO DE “EXCELÊNCIA”

A CAPES apresentou o **Projeto de Lei (PL) 158/2017**, que tramita em regime de urgência e com tratativas com o Deputado Rodrigo Maia (Presidente da Câmara Federal), para a criação de um Fundo Privado de para fomentar a capacidade de inovação e a pesquisa científica e tecnológica. Embora a CAPES estabeleça argumentos de que o Fundo não irá ser composto com os Recursos das Agências Nacionais de Fomento (CNPq, Capes e FINEP), e de que a se trata da busca de outros recursos que são arrecadados sob a rubrica de P&D – I, e que não são investidos na produção do conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico, as motivações



explicativas da operacionalização de um Fundo Privado se colocam sob as dificuldades de execução orçamentária frente às “vigilâncias e exigências” da Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

A AGB manifestou seu estranhamento às “motivações” e questionou a passividade de aceitação por parte da SBPC na formação de um Fundo Privado e na possibilidade de indução e cerceamento de pesquisas, sobretudo no caso da Humanidades. A AGB fez referência ainda a reduzida participação das Universidades e Entidades Científicas no Conselho e na proposição de diretrizes do referido Fundo, e por último a ausência de promoção de amplo debate com a Comunidade Acadêmico-Científico.

Embora a Capes se posicione que o Fundo não agregará os recursos da Agências, estes processos podem se estabelecer de outra forma, conforme o “Art. 39. A CAPES, CNPq e FINEP poderão firmar acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres diretamente com o fundo de que trata o art. 32 para a execução do Programa de Excelência das Universidades e Institutos de Pesquisa Brasileiros, para o qual serão integralmente destinados os recursos desse fundo”.

Veja a íntegra do PL 158/2017 - <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/CAPES-PL158-2017.pdf>.

O referido projeto consta como consulta pública no Senado: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=131755>

A AGB e a ANPEGE deverão acompanhar e se posicionar sobre esse processo, exigindo maior transparência e debate da SBPC, bem como, apontar sobre a necessidade das Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação em promoverem o debate nos diversos colegiados das Universidades.

Esse conjunto de questões impõe à Comunidade Geográfica o debate, a reflexão e principalmente ações. Nesse sentido, estas questões devem ser objeto de análise e, sobretudo instrumento de construção do **Encontro Nacional de Geógrafos - XIX ENG – (João Pessoa 01 a 07 de julho de 2018)**, no estabelecimento de estratégias de resistência, o que exige o engajamento de todos na formulação de espaços de formação.



Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB
Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2016/2018

Qual Geografia temos e quais Geografias queremos (trans)formar ?

São Paulo, 24 de abril de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL
GESTÃO 2016/2018